

Fontes De Financiamento Terceiro Setor: Estudo de Caso na Pastoral da Criança

Leila Lucia Arruda (UFPR) - llarruda@yahoo.com.br

Simone Bernardes Voese (UFPR) - simone.voese@gmail.com

Ana Paula Mussi Szabo Cherobim (UFPR) - anapaulamussi@ufpr.br

Resumo:

A ordem sócio-política, até o final do século XX, estava dividida em dois setores distintos: o público e o privado. Devido a problemas enfrentados decorrentes da desigualdade social e incapacidade do Estado de suprir as necessidades básicas da população, surgem ações para redução das disparidades sociais e econômicas, que desencadeiam o surgimento do terceiro setor. Este artigo tem como objetivo verificar a evolução das fontes de financiamento na Pastoral da Criança, organização do terceiro setor. A abordagem metodológica é predominantemente qualitativa, e o estudo foi desenvolvido mediante estudo de caso. A validação dos achados é feita por múltiplas evidências: revisão teórica, entrevistas, análise das informações contábeis e pesquisa documental. Conclui-se que os acordos de parceria provenientes de instituições privadas são as principais fontes de captação de recursos, que em volume financeiro os principais parceiros são os agentes públicos e, ainda que o terceiro setor também se auto financia.

Palavras-chave: Terceiro setor. Fonte de financiamento. Captação de recursos.

Área temática: Custos aplicados ao setor privado e terceiro setor

Fontes De Financiamento Terceiro Setor: Estudo de Caso na Pastoral da Criança

Resumo

A ordem sócio-política, até o final do século XX, estava dividida em dois setores distintos: o público e o privado. Devido a problemas enfrentados decorrentes da desigualdade social e incapacidade do Estado de suprir as necessidades básicas da população, surgem ações para redução das disparidades sociais e econômicas, que desencadeiam o surgimento do terceiro setor. Este artigo tem como objetivo verificar a evolução das fontes de financiamento na Pastoral da Criança, organização do terceiro setor. A abordagem metodológica é predominantemente qualitativa, e o estudo foi desenvolvido mediante estudo de caso. A validação dos achados é feita por múltiplas evidências: revisão teórica, entrevistas, análise das informações contábeis e pesquisa documental. Conclui-se que os acordos de parceria provenientes de instituições privadas são as principais fontes de captação de recursos, que em volume financeiro os principais parceiros são os agentes públicos e, ainda que o terceiro setor também se auto financia.

Palavras-Chave: Terceiro setor. Fonte de financiamento. Captação de recursos.

Área Temática: Custos aplicados ao setor privado e terceiro setor.

1 Introdução

No Brasil surgiram as primeiras organizações sem fins lucrativos no período da colonização, com a criação das Santas Casas amparadas pela coroa portuguesa, e atuando na área de prestação de serviços de saúde aos necessitados. Assim, a primeira instituição beneficente, fundada em 1543 por Braz Cubas, foi a Santa Casa de Misericórdia de Santos mantida pela Igreja Católica (MILANI FILHO 2009).

Todavia, a ordem sócio-política, até o final do século XX, estava dividida em dois setores com características distintas: o setor público e o privado. O público, representado pelo Estado e organismos interligados que defendem o interesse público. Em contraponto, o setor privado, caracterizado pelo mercado, representado pelas empresas com finalidades lucrativas.

Devido a problemas enfrentados em face da desigualdade social e geradas a partir da industrialização e da incapacidade do Estado de suprir as necessidades básicas da população, surgem ações para redução das disparidades sociais e econômicas. Essas ações ocorreram por meio da mobilização de indivíduos solidários que, mediante a organização e constituição de entidades, fizeram desencadear o surgimento do terceiro setor. O desenvolvimento desse Setor, conforme Sandrin *et al.* (2009 p.06), ocorreu devido, à incapacidade do Estado de suprir a população de recursos básicos; diversas pessoas se sensibilizaram e buscaram maneiras de mudar as perspectivas futuras para o país. Uma das maneiras encontradas para tal foi a solidariedade, ou seja, o suprimento de necessidades do país por meio de recursos doados por voluntários.

XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.

Dessa forma a sociedade civil brasileira, passou a ser dividida em três setores. Assim tem-se o público representado pelo Estado, o privado pelas empresas lucrativas e o terceiro setor caracterizado pelas organizações não governamentais e/ou sem fins lucrativos, consideradas de interesse público.

Porém, no Brasil, somente em 1999, esse setor tem seu marco histórico com a regulamentação da Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998, e a Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999. Conforme Costa, Penalva e Leite (2004), com a pressão por parte das ONG's, novas leis para abonos fiscais foram instituídos pelo Estado, instigando as empresas a realizarem doações para o terceiro setor.

Em 1999 com a vigência da Lei nº 9780, de 19 de janeiro de 1999, foi definida a qualificação de OSCIPS – Organizações das Sociedades Cíveis de Interesse Público. Essa qualificação é concedida pelo Ministério Público para organização sem fins lucrativos que tenham interesse e se enquadrem nos dispositivos da lei, possibilitando, assim, a realização de termos de parceria com órgãos públicos. Esse fato caracterizou um novo marco no contexto do terceiro setor.

Esse setor também pode ser entendido e caracterizado pelo NÃO, pois, não é público, não é privado e não tem fins lucrativos. Outra individualidade é a heterogenia que, devido às instituições que o compõem terem finalidades diversas, dificulta o consenso de informações e, por conseguinte, da contabilidade. Outro ponto relevante é que os modelos utilizados na contabilidade foram elaborados assumindo preceitos pertinentes ao primeiro e segundo setores. Assim, foi necessário fazer adaptações da contabilidade desses setores para as organizações que compõem o terceiro setor. Segundo Sandrin *et al.* (2009, p.1): As entidades do terceiro setor devem controlar receitas, custos e despesas como as entidades do segundo setor. Entretanto, deve-se ponderar que nem todos os benefícios gerados para a comunidade podem ser mensuráveis economicamente e ainda, nem sempre; o resultado é fruto de receitas e despesas.

Um dos pontos adotados pela contabilidade, principalmente a que rege o setor privado, refere-se à origem dos recursos ou fontes de financiamento. As fontes de financiamento designam o conjunto de capitais internos e externos à organização, utilizados para financiamento dos investimentos realizados. No caso do terceiro setor essas fontes não seguem o mesmo preceito de geração de receitas e despesas, porém geram benefícios sociais à sociedade, difíceis de mensurar, visto que o escopo dessas instituições é minimizar a desigualdade social.

Diante desse contexto surge como questão norteadora de pesquisa: **Qual é a evolução das fontes de financiamento utilizadas pelo terceiro setor na Pastoral da Criança entre os anos de 2000 a 2009?**

O objetivo deste trabalho é verificar a evolução das fontes de financiamento na Pastoral da Criança, organização filantrópica do terceiro setor, entre os anos de 2000 a 2009.

Pretende-se que este trabalho contribua para o meio acadêmico tendo em vista a singularidade de material existente nessa área, do terceiro setor e a necessidade de disseminação de informações nesta área de conhecimento. A contribuição para a sociedade fica explícita ao demonstrar a importância da parceria público-privada com o terceiro setor, em prol de ações que mobilizam a comunidade em busca do resgate da cidadania.

Este artigo está estruturado em cinco seções: a parte introdutória, seguida do referencial teórico sobre o terceiro setor, fontes de financiamento; a terceira seção trata da metodologia de pesquisa utilizada; na quarta são evidenciados os resultados obtidos e, por fim, as considerações finais.

2 Revisão Teórica

O embasamento teórico necessário para desenvolvimento do tema envolve: conceituar o terceiro setor, compreender as fontes de financiamento e diferenciar as fontes tradicionais daquelas específicas para o terceiro setor e verificação de uma unidade para a conferência das fontes de financiamento.

2.1 Terceiro setor

Com o crescimento da sociedade e a busca por melhores condições sociais, destacam-se grupos de pessoas que se unem para a realização de ações sociais em favor do próximo, tentando suprir necessidades coletivas. Essas pessoas se organizaram em entidades e surge o que se denomina de terceiro setor.

O terceiro setor, segundo Paes (2006), é definido como aquele que não é público e tampouco privado. Contudo, considera-se que exista uma relação simbiótica entre ambos, na medida em que deriva sua própria identidade da conjunção entre metodologia da área privada com as finalidades da área pública.

Sobre o surgimento do terceiro setor, Teixeira (2001) afirma que as grandes mobilizações em prol da melhoria social estão perdendo força, principalmente naquilo que se refere ao fracasso do Estado em lidar com as questões sociais. Assim verificou-se a necessidade de redefinir as formas de atuação na busca de sucesso nesse direcionamento.

Segundo Moraes (2008, p.4), o terceiro setor é uma versão mais eficiente da prática da caridade, mas considerado como um promovedor de mudanças na qualidade de vida de pessoas socialmente carentes. Essa mudança pode resultar e proporcionar condições delas competirem no mercado de trabalho, bem como de contribuir para a inserção e facilitação do convívio social.

O universo do terceiro setor, no mundo ou no Brasil, é composto por um elevado número de organizações que tem como característica marcante a heterogeneidade. Ressaltam Fischer e Falconer (1998, p.12) que: “O terceiro setor foi se ampliando sem que esse termo, usado para designá-lo, seja suficientemente explicativo da diversidade de elementos componentes do universo que abrange”.

Segundo Paes (2006, p. 131), o terceiro setor “compõe-se de entes coletivos, pessoas jurídicas de direito privado, configurados, de acordo com o Código Civil Brasileiro, em associações civis e fundações de direito privado”. Colabora Zanluca (2006, p. 19) afirmando que “o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público”.

Fundamentalmente essas instituições, sejam fundações ou associações, sobrevivem também a partir de recursos próprios e provenientes das receitas de doações, mas também de contratos e convênios firmados com o poder público, com agências de fomento e com instituições privadas, que vislumbram novas oportunidades de parceria.

2.2 Fontes de Financiamento

De acordo com Saito *et al.* (2008, p. 41):

A estrutura de capital está diretamente relacionada às fontes de financiamento da empresa, que se dividem em dois grandes grupos: o capital próprio, representado pelos recursos que os acionistas aplicaram na empresa, e o capital de terceiros, que são constituídos por diferentes formas de endividamento a longo prazo.

As entidades do setor privado, para financiar suas atividades necessitam de capitais próprios e de terceiros. No que se refere a capital próprio alude-se ao patrimônio líquido, gerado pela retenção de lucros, constituição e aumento de capital. Observa-se que o capital próprio pertence aos acionistas e podem estar registrado de várias formas (SAITO *et al.* 2008).

Segundo Lemes Júnior *et al.* (2010), o aumento do capital próprio ocorre mediante a autogeração de recursos e reinvestimento na empresa, pela subscrição e integralização de capital social ou pela emissão de ações, no caso de empresas de capital aberto, ofertadas na Bolsa de Valores.

Quando se trata de capital de terceiros busca-se a análise e a referência ao endividamento da empresa, avaliando a origem dos recursos junto a terceiros. Nesse contexto é necessário fazer uma análise do montante de recurso, do prazo de pagamento e dos encargos financeiros incidentes. De acordo com o tipo de origem de recursos, o capital de terceiros pode ser classificado como crédito comercial e crédito financeiro.

De acordo com Lemes Júnior *et al.* (2010), o crédito comercial é decorrente de negociações entre a empresa e seus fornecedores. Pode ter origem por meio de fontes, como crédito de fornecedores, de impostos e obrigações sociais e outros créditos operacionais. Já o crédito bancário é representado pelas chamadas operações de empréstimo e pode ser feito por bancos comerciais. Também, existem empresas de *factoring*, capazes de suprir recursos em curto prazo, porém não são consideradas instituições financeiras.

2.3. Fontes de Financiamento no Terceiro Setor

Nas entidades que compõem o terceiro setor as decisões financeiras não seguem a ótica de maximização da riqueza do acionista, mas como precisam de recursos para o desenvolvimento das atividades acabam seguindo teorias que sustentam a gestão financeira.

Assim essas entidades precisam captar recursos para o financiamento das atividades, que podem ser de várias formas. Para Paes (2006), a captação de recursos mediante incentivos fiscais são formas de participação do poder público, das empresas e das pessoas físicas. Além dessa forma de captação, também pode ocorrer por meio de apoios, patrocínio, auxílios, subvenções, contribuições, assistência governamental, e são observadas nas organizações sem fins lucrativos.

Destarte, Olak e Nascimento (2009, p.31) afirmam que “as subvenções constituem-se na maior fonte de receita para muitas entidades sem fins lucrativos. É mediante “estes recursos que muitas entidades conseguem cumprir suas finalidades sociais”. A destinação desses recursos é diversa, desde o pagamento da folha de pessoal, aquisição de material de consumo, até a aplicação em novos investimentos.

No tocante às *contribuições* são, conforme Zanluca (2006, p. 45), as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por entes governamentais a autarquias e fundações e a entidades sem fins lucrativos, destinadas à aplicação em custeio e manutenção destas, sem contrapartida direta do beneficiário dos recursos em bens e serviços ou determinadas por lei anterior, para o atendimento de serviços ou inversões financeiras.

O Pronunciamento Técnico, do CPC, nº. 07, em harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, IAS 20 (IASB), traz as definições de *Assistência Governamental e Subvenção Governamental*, que são idênticas às que constam no item 3 da NBC T 19.4, aprovada pela Resolução CFC 1.143/08:

Assistência governamental é a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos. Não inclui os benefícios proporcionados única e indiretamente por meio de ações que afetam as condições comerciais gerais, tais como o fornecimento de infra-estruturas em áreas em desenvolvimento ou a imposição de restrições comerciais sobre concorrentes.

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.

Por fim, destaca-se, que dentre as fontes de financiamento do terceiro setor, considera-se como *doação* “a transferência gratuita em caráter definitivo, à pessoa física ou pessoa jurídica de natureza cultural, sem fins lucrativos, de numerário, bens ou serviços, para a realização de projetos culturais vedado o uso de publicidade paga para a divulgação deste ato”(PAES, 2006, p. 674).

Esclarece-se que as fontes de recursos, sejam elas próprias ou decorrentes de doações, subvenções ou contribuições, devem ser bem controladas, a fim de manter transparência dos recursos recebidos. Nesse sentido colabora Zanluca (2006), afirmando que tais fontes devem ser registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da entidade.

Além disso, a organização também precisa prestar contas da destinação dos recursos junto aos seus mantenedores e agentes financiadores. Assim, para Campos (2003), o aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades sem fins lucrativos deve ser acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto à sua aplicação.

De acordo com Carvalho (2000, p. 8), nos últimos anos foi nitidamente percebida a melhoria da imagem do Brasil no exterior, país emergente e próspero. Se, por um lado, pode ter trazido vantagens na atração de capital estrangeiro, por outro lado se mostrou nefasto para o fluxo de doações de organismos internacionais para as ONGs brasileiras. Diante da prosperidade alardeada do Brasil os vultuosos investimentos nos projetos do Terceiro Setor migraram para a América Central e principalmente para o continente africano.

Apesar da perda do ímpeto nos financiamentos internacionais, aumentou a contribuição pública nas organizações do terceiro setor. Seja por meio de recursos ou por abonos fiscais, e por consequência as empresas privadas vêm financiar as organizações do terceiro setor. Domingos (2007) esclarece que foram repassados pelo Governo Federal em 2006, às organizações não governamentais e OSCIPS, cerca de R\$ 3 bilhões de reais, o que corresponde a 1,29% do PIB nacional.

3. Procedimentos Metodológicos

A abordagem desta pesquisa é predominantemente qualitativa, em que o objeto de estudo não é reduzido e as variáveis são estudadas, na totalidade e na complexidade. Conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 141), a pesquisa qualitativa “tem como preocupação central descrições, compreensões e interpretações dos fatos ao invés de edições”. No entanto, ao tratar os dados com a estatística descritiva se tem como preocupação a mensuração, e onde os dados são filtrados, organizados e tabulados para análise e interpretação. Por isso classifica-se também como pesquisa quantitativa.

De acordo com Cherobim, Silveira e Martins (2003) os problemas administrativos que ocorrem em realidades difusas, ainda pouco estudadas, como é o caso das organizações do

terceiro setor, em especial em seus aspectos financeiros (foco desse estudo), não podem ser abordados a partir de métricas quantitativas, buscando relações de causalidade como exige o rigor metodológico proposto por Comte (1988) e Durkheim (1987). As realidades administrativas pouco exploradas demandam estudos investigatórios para compreender e interpretar o curso dos acontecimentos e seus efeitos, conforme Weber (1992).

Na dimensão do tempo é considerado um estudo longitudinal, que conforme Cooper e Schindler (2003, p. 129) a vantagem é que “ ele pode acompanhar mudanças com o decorrer do tempo), e esta pesquisa apresenta a evolução das fontes de financiamento da Pastoral da Criança no período de 2000 a 2009. Também utiliza-se a pesquisa de campo, visto que pode ser o único modo de entender verdadeiramente as relações entre as variáveis e as consequências das práticas em contabilidade gerencial (ITTNER E LARCKER 2002).

Quanto aos procedimentos fez-se uso primeiramente de uma pesquisa bibliográfica que, conforme Beuren *et al.*(2008, p. 87), “abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros”. Também sustentou esse estudo a pesquisa documental que, de acordo com Fachin (2006 p.146), “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e sua identificação”. Nesse caso torna-se importante para o aprofundamento e o conhecimento da organização pesquisada, por isso procedeu-se à leitura e análise de documentos e das demonstrações contábeis.

A abordagem de comunicação deu-se por meio da entrevista semi-estruturada, para condução da coleta de dados, servindo de orientação aos questionamentos. No entanto, foi mantida a margem de flexibilidade que os estudos qualitativos requerem.

Com relação à amplitude e profundidade do estudo, classifica-se como estudo de caso. De acordo com Yin (2005, p.32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Esta pesquisa está sob a égide da teoria institucional, em função de buscar observar no fenômeno os aspectos normativos, coercitivos, regulativos, temporalidade e estabilidade dos processos, sempre diante de um nível social sistêmico (LAWRENCE, WINN E JENNINGS, 2001).

4 Estudo de Caso

Esta parte do trabalho divide-se em: apresentação da Pastoral da Criança, *locus* do estudo de caso; análise qualitativa da gestão financeira e das fontes de financiamento e análise quantitativa dos recursos, a partir dos Demonstrações Contábeis dos anos de 2000 a 2009, obtidos no sítio eletrônico da Pastoral da Criança.

4.1 Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. É caracterizada como organização do terceiro setor, constituída sob a forma de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica. Está constituída como sendo de duração ilimitada e possui como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, por meio de programas que sirvam às suas finalidades.

Foi fundada pela médica Zilda Arns Neumann em 1983 na cidade de Florestópolis, no

Paraná, a Pastoral da Criança. Em consequência do trabalho diferenciado e colaborativo que a Pastoral da Criança presta à sociedade, e por estar vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ocorreu a expansão rápida de suas atividades pelo país. Atualmente a sede nacional está situada em Curitiba, Estado do Paraná, ocupando um imóvel com 5.000 m² de área construída, concedido à instituição desde 1999, na forma de comodato, pelo Governo do Estado do Paraná.

No ano de 2010, período de análise desta pesquisa, a Pastoral da Criança estava presente em quase 40 mil comunidades, acompanhando mais de 1.251.929 famílias. Além disso, atendeu a cerca de 1.584.344 crianças de zero a seis anos e mais de 80 mil gestantes.

Dentre os programas desenvolvidos por aquela entidade destacam-se:

- I. sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, por meio de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- II. formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, agentes voluntários da Pastoral da Criança e apoio especial às pessoas da terceira idade que participam de suas atividades;
- III. promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, redução da violência familiar e comunitária;
- IV. geração de renda para auto-sustentação das famílias acompanhadas; ajuda mútua entre elas; capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;
- V. alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;
- VI. documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil; pesquisa nas áreas de referência programática.

Por meio do serviço voluntário, a Pastoral da Criança desenvolve ações de saúde, nutrição, educação, cidadania e espiritualidade de forma ecumênica nas comunidades pobres. As atividades visam a promover o desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção aos seis anos de idade, e à melhoria da qualidade de vida das famílias.

4.2 Gestão Financeira da Pastoral da Criança

As informações qualitativas sobre a gestão financeira foram obtidas em entrevista com o contador da Pastoral da Criança, realizada no segundo semestre de 2010. O entrevistado atua na Pastoral da Criança desde 1991 e relatou que até 1995 os convênios, como forma para captação de recursos, eram firmados entre as organizações e a CNBB, para posterior repasse à Pastoral da Criança. Somente a partir de setembro de 1995, com a aquisição da personalidade jurídica, é que a instituição passou a ser responsável pelos convênios e contratos.

A gestão financeira da instituição se baseia nas análises das informações coletadas ao longo do exercício social, que ocorre de setembro a setembro, ocasião do encerramento das demonstrações financeiras. No período de outubro a dezembro é realizada a assembleia geral, quando são analisados os resultados e definidos em reunião o planejamento e o orçamento anual do exercício seguinte.

Os recursos financeiros para a manutenção dos projetos assistenciais das comunidades, advém de doações de pessoas jurídicas e físicas. Entretanto, não existem despesas com folha de pagamento, visto a inexistência de empregados registrados, sendo que os colaboradores da Pastoral são cedidos pela Associação de Amigos da Pastoral da Criança (Aapac), ou ainda são voluntários.

A Pastoral da Criança, a partir da necessidade de ser autosustentável, produtiva e eficiente, mudou sua forma de gerenciamento. Isso aconteceu para poder competir na

captação dos recursos dos diferentes financiadores, o que resultou no estabelecimento de equipes de gestão para a captação, elaboração e apresentação de prestação de contas dos recursos recebidos. Conseqüentemente, pode-se observar uma profissionalização dessa instituição devido à crescente exigência dos financiadores. Assim, a Pastoral da Criança começa a funcionar nos moldes das empresas lucrativas, respeitando sua peculiaridade e características, pois contam com a Aapac que disponibiliza um quadro fixo de profissionais especializados e remunerados para gerir a instituição.

Analisando as fontes de financiamento, no que se refere aos convênios, normalmente são estabelecidos com o Governo nas esferas municipal, estadual e federal. Os convênios estabelecidos com o Estado são firmados mediante instrumentos jurídicos próprios e pleiteados por meio de formulários exclusivos. O entrevistado observa que, em algumas vezes, não são encaminhados projetos para solicitação de recursos junto a alguns órgãos públicos devido ao excesso de burocracia, seja na contratação ou na prestação de contas. O entrevistado exemplifica citando um caso ocorrido no Estado de Santa Catarina, em que era exigido o pagamento das compras ou serviços exclusivamente mediante cheques, independente do montante a ser movimentado.

Quando se analisa a captação de recursos provenientes de pessoas físicas e jurídicas, usualmente ela acontece por meio de doações, conforme evidenciado na entrevista. Na Pastoral da Criança essas doações são recebidas diretamente via conta corrente, ou, ainda, por meio do convênio estabelecido com as Companhias de Energia Elétrica. AS doações e contribuições podem ser tanto para pessoa física quanto para as jurídicas.

De forma análoga, as empresas públicas podem disponibilizar recursos por meio de subvenção, contribuição ou doação, não sendo possível identificar o instrumento jurídico que sustenta a transferência de recursos. De forma similar acontece com empresas privadas que podem transferir recursos mediante doações e contribuições, além dos acordos de parceria. Contudo, nas Demonstrações Financeiras não são apresentadas a distinção entre as modalidades de fontes de financiamento, sendo apenas destacada a origem da fonte, como pessoa física, jurídica ou entidades públicas.

Os acordos de parceria provenientes de instituições privadas são as principais fontes de captação de recursos no terceiro setor. No caso da Pastoral da Criança no período compreendido entre os anos de 2000 a 2009, eles importam em R\$ 41.667.655,05 (quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e sete reais, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos) e representam 13,43% do total dos recursos obtidos no período.

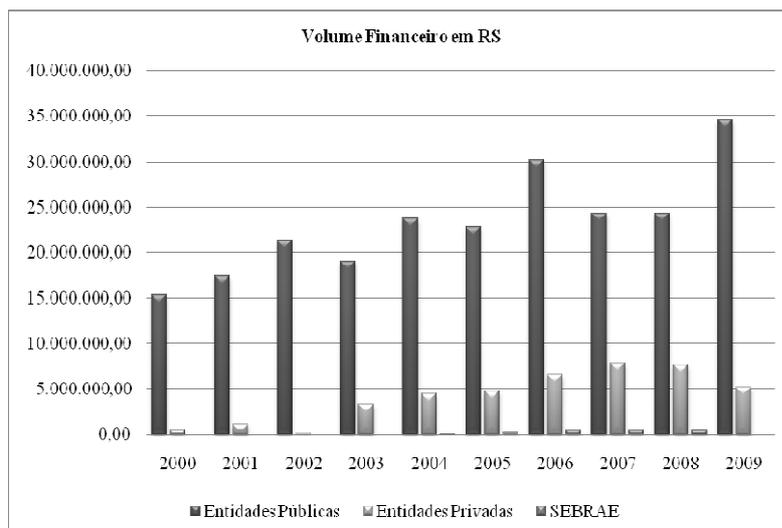


Figura 1 – Volume Financeiro em R\$

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir das demonstrações contábeis.

Conforme o Figura 1 verifica-se a predominância de recursos advindos de entidades públicas como fontes financiadoras da Pastoral da Criança, sendo que atinge o ápice em 2002 com o percentual de 90,05% de toda a arrecadação da instituição.

No que se refere ao volume de recursos, o ano de 2009 apresenta o maior financiamento por parte das instituições financiadoras num total de R\$ 44.352.499,41 (quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos), sendo que R\$ 34.618.612,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e doze reais) provenientes das entidades públicas, ou seja, um percentual de 75,13 % de todos os recursos captados.

De 2004 a 2009 percebe-se a presença de um agente financiador do terceiro setor no cenário das fontes financiadoras da Pastoral da Criança. Este agente é o Sebrae que, conforme seu estatuto, é uma instituição privada de direitos públicos sem fins lucrativos, como consequência uma entidade do terceiro setor. No ano de 2008, o Sebrae fez o maior repasse para a Instituição, cujo valor é de R\$ 557.739,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e nove reais), representando 1,51% de todo o recurso arrecadado. Assim, pode-se identificar a existência de entidades do terceiro setor transferindo recursos para financiar as atividades de outras entidades, também do terceiro setor.

O maior percentual apresentado de doações das entidades privadas, sejam pessoas jurídicas ou físicas, para a Pastoral da Criança foi encontrado no ano de 2007, com 34,11 % de toda a arrecadação.

Em relação à mobilização de agentes financiadores da Pastoral da Criança, fica evidenciado no Figura 2 a decrescente participação das instituições privadas como agentes financiadores a partir do ano de 2007.

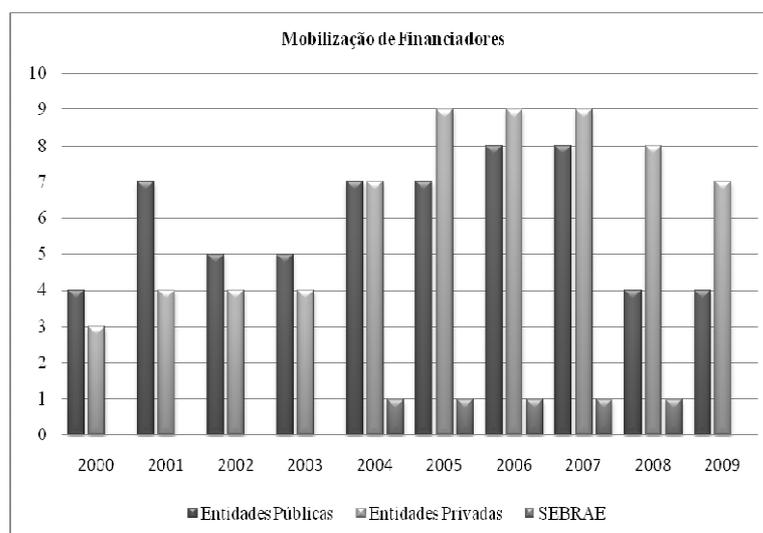


Figura 2 – Mobilização de financiadores por empresas de fomento
Fonte: Elaboração própria dos autores a partir das demonstrações contábeis.

Conforme o Figura 2, a mobilização do segundo setor, ou seja, a quantidade de pessoas jurídicas, com finalidades lucrativas e as pessoas físicas que transferiram recursos para a Pastoral da Criança, no período de 2004 a 2009, são superiores à do primeiro setor (Estado). Porém, ao comparar com o Figura 1 (referente ao montante financeiro) percebe-se a predominância do Poder Público. Assim, mesmo com menor quantidade de entidades repassando recursos, o volume financeiro é mais significativo no setor público.

Em 2008, o segundo setor (entidades privadas) tem a participação do dobro de entidades mobilizadas do que o primeiro setor. No entanto, no que se refere à arrecadação o resultado é o inverso, ou seja, naquele ano apresentam-se como agentes financiadores quatro instituições públicas, dentre as quais destaca-se o Ministério da Saúde, com arrecadação de R\$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil). Em contrapartida existiam oito instituições privadas como fontes financiadoras, com destaque para a Rede Globo (Projeto Criança Esperança), HSBC e Gol Linhas Aéreas, que somam R\$ 6.903.614,07 (seis milhões, novecentos e três mil, seiscentos e quatorze reais e sete centavos). Dessa forma, percebe-se que essas empresas privadas tiveram maior mobilização, embora no repasse de recursos o Estado ainda seja o maior fomentador.

Nas organizações do terceiro setor, especificamente na Pastoral da Criança, as fontes de financiamento são a base de sustentabilidade e são provenientes das receitas de convênios, como é o caso da parceria com as Companhias de Energia Elétrica. As doações espontâneas às entidades filantrópicas não têm vinculação com a contraprestação de serviços, e constituem atos voluntários do exercício da cidadania e tem grande alcance social.

Conforme a regulamentação da Agência de Energia Elétrica - ANEEL n.º 456, de 29 de novembro de 2000, o seu artigo 84, parágrafo único estabelece que “fica também facultado incluir a cobrança de outros serviços, de forma discriminada, após autorização do consumidor”. A Copel – Companhia Paranense de Energia Elétrica do Paraná, foi a pioneira no setor elétrico brasileiro em promover arrecadações para entidades que prestam serviço à comunidade por meio de sua fatura de energia. A primeira entidade beneficiada com esse tipo de convênio foi a Pastoral da Criança, a partir de 1998. Apesar da representatividade em relação ao total da receita bruta não ser, aparentemente, de extrema relevância, como mostra o Figura 3, essa modalidade de fonte de financiamento para a Pastoral da Criança possui

significância no volume financeiro movimentado e na quantidade de entidades que contribuem.

Com esta parceria – Copel e Pastoral da Criança- o montante arrecadado foi de R\$ 20.224.593,83 (vinte milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), o equivalente a 6,5 % durante os últimos dez anos, apresentando um aumento de 59,72 % de arrecadação do ano de 2000 para o ano de 2009. Porém, no que se refere à receita bruta da Pastoral da Criança, no ano de 2000 as doações de usuários de Energia Elétrica correspondeu a 12,40% e no ano de 2009, a 19,02 %. O aumento em dez anos foi de 6,62 %.

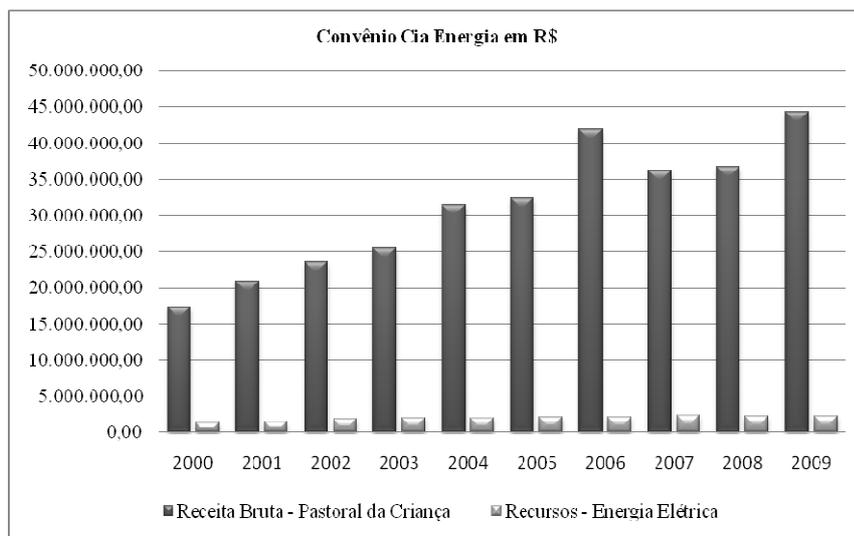


Figura 3 – Convênio Cia. de Energia Elétrica em R\$

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir das demonstrações contábeis.

Assim, na pesquisa percebe-se o esforço conjunto das instituições públicas e privadas, mediante o total de recursos captado, em busca de ações de desenvolvimento social, para minimizar os problemas e as desigualdades da sociedade. Para facilitar a transparência e a prestação de contas os agentes financiadores, seja eles públicos ou privados, são movimentados em contas bancárias distintas. Dessa forma, os provimentos que tem como fonte financiadora o Estado são administrados por contas autônomas no Banco do Brasil, porém os providos por empresas e pessoas físicas são movimentados por meio de conta específica no Banco HSBC.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido como objetivo de verificar, por meio da metodologia de estudo de caso, a evolução das fontes de financiamento na Pastoral da Criança no período de 2000 a 2009. Foi realizado mediante pesquisa documental efetivada com as demonstrações financeiras divulgadas no sítio eletrônico da organização, e ainda sustentada no método de estudo de caso com a realização de entrevista semi-estruturada. Diante dos dados obtidos percebe-se uma evolução na receita bruta de 39% de 2000 para o valor de arrecadação de 2009.

Os agentes financiadores podem ser pessoas físicas ou jurídicas que depositam diretamente na conta bancária do Banco HSBC, ou ainda fazer as doações mediante conta da

energia elétrica. Entretanto, os maiores parceiros são os agentes públicos, que participam por meio de convênios com a aprovação de projetos específicos.

Ressalta-se que muitas entidades públicas foram parceiras da Pastoral da Criança no período analisado. Um grande destaque consiste no Ministério da Saúde, que se manteve parceiro em todos os anos pesquisados e contribui com recursos que representam 88 % (oitenta e oito por cento) da arrecadação total das entidades públicas naquele período. Outras entidades públicas também mantiveram sua participação no período, como acontece com o Ministério da Educação – MEC, PROMOSUL – Estado do MS, BNDES, entre outros.

Além disso, cabe destacar a importância das pessoas jurídicas como parceiros, os quais representam 13,43% (treze vírgula quarenta e três por cento) da arrecadação bruta total nos anos estudados. Entre as entidades privadas torna-se importante enfatizar a participação da Rede Globo, por meio do projeto social “Criança Esperança”. Essa entidade torna-se o principal agente financiador entre as empresas privadas, representando um total de 31,96% de toda a arrecadação proveniente das parcerias com empresas privadas. De forma também importante observa-se a presença de outras empresas como a TELESC, Tim Sul S.A., Gol Linhas Aéreas, Kraft Foods, Nestlé.

Na análise conjunta, verifica-se que as fontes de financiamento, ou seja, o conjunto de capitais internos e externos à organização utilizados para financiamento dos investimentos realizados nas instituições filantrópicas, é basicamente advindo de doações. Logo, acontece a transferência de vantagens ou bens do patrimônio do doador para o patrimônio do donatário com a aceitação explícita ou tácita do donatário, conforme o artigo 538 do novo Código Civil.

Entretanto, esta foi uma pesquisa realizada, por meio de estudo de caso na Pastoral da Criança. Diante do trabalho social que a organização desenvolve, ressalta-se sua importância, refletindo o compromisso com as ações. Portanto, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com esta e outras instituições de cunho social, fomentando e consolidando a disseminação do conhecimento sobre a temática do terceiro setor, aumentando e diversificando assim as publicações acadêmicas.

6. REFERÊNCIAS

BEUREN, I.L. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A Realidade Contábil-Gerencial de uma Organização do Terceiro Setor: O Caso da Fundação Otacílio Coser**. 2003. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. Preservar a Identidade e Buscar Padrões de Eficiência: Questões Complementares ou Contraditórias na Atualidade das Organizações Não Governamentais. **REAd. Revista de Administração**. Edição 14, v. 6, n. 2, mar/abr 2000. Porto Alegre. Rio Grande do Sul.

CHEROBIM, A.P.M.S. SILVEIRA J.A. MARTINS, G. Abordagem Metodológica Qualitativo-Quantitativa Em Pesquisas Na Área De Administração. In: ENANPAD, Encontro Anual da ANPAD (27), 2003. São Paulo. **Anais do XXVII ENANPAD**. Atibaia/SP: CD-ROM.

XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.

BRASIL. Lei N.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. CODIGO CIVIL – Disponível em: <http://www.jucems.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=52862>. Acesso em: 02 jan. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (CPC). Pronunciamento Técnico CPC Governamentais. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_7.pdf. Acesso em: 04 mai. 2010.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC T 19 - **Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001121. Acesso em: 10 jun. 2010.

COOPER, D.R. & SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, Marconi Freitas. PENALVA, Daniel de Cerqueira. LEITE, Emanuel Ferreira. Análise da Utilização do Marketing nas Organizações Não Governamentais (ONG'S) da Cidade de Recife. **REAd. Revista de Administração**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2. mar./abr. 2004.

DOMINGOS, J. Quase metade da verba destinada a ONGs, avalia TCU. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 41536, p. A4, 08 jul.2007.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 13. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5.ed.[rev]. São Paulo: Saraiva, 2006.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 33, n.1, p. 12-19, jan./mar., 1998.

ITTNER, C.D. e LARCKER, DF. Empirical managerial accounting research research: are we just describing management practice? **The European Accounting Review**, 11:4: pp. 787-794, 2002.

LAWRENCE, Thomas; WINN, Monika; JENNINGS, P. Devereaux. **The temporal dynamics of institutionalization**. **Academy of Management Review**, v. 26, n. 4, p. 624-644, 2001.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARTINS, Gilberto Andrade e Théophilo Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **Eficiência Produtiva no Terceiro Setor: Um estudo comparativo de desempenho entre organizações filantrópicas asilares.** 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MORAES, Ângela. **Assistencialismo, promoção social e terceiro setor.** 2008. Disponível em <http://www.gers.com.br/pag_artigos/artigos/filantropia_promocao_terceiro.pdf>. Acesso em: 01set. 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro Setor).** São Paulo: Atlas, 2006.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários.** 3 Ed. São Paulo: Livraria Jurídica, 2006.

SANDRIN, Marília F. *et al.* Comparabilidade das Demonstrações de Superávit e Déficit das Entidades Filantrópicas. São Paulo: In: EnANPAD. Encontro Anual da ANPAD (33), 2009. Rio de Janeiro. **Anais do XXXIII ENANPAD.** Rio de Janeiro/RJ: CD-ROM.

SAITO, Richard *et. al.* **Captação de Recursos de Longo Prazo.** São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, Rubens de F. **Limites E Possibilidades De Organizações Do Terceiro Setor Em Uma Sociedade Centrada No Mercado: Um Estudo Comparativo Em Ongs Ambientalistas.** (2001) Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.read.adm.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_295.pdf. Acesso em: 10 abr. 2010.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** São Paulo: Cortez - Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

YIN, Robert. K. Estudo de Caso: **Planejamento e Métodos.** Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre:Bookman, 2005.

ZANLUCA, Julio César. **Contabilidade de ONG.** Blumenau: Nova Letra, 2006.